

A CONSTRUÇÃO DE UM PROTOCOLO PELA GOVERNANÇA DAS ÁGUAS E RECUPERAÇÃO DA QUALIDADE SOCIOAMBIENTAL

The construction of a Protocol for the governance of water and restoration of social and environmental quality

Maria Henriqueta Andrade Raymundo¹, Evandro Albiach Branco²,
Suely Akemi Fujiwara Siro³, Nadja Soares de Moraes⁴, José Abílio Gouveia Teixeira⁵, Marcelo de Souza
Candido⁶

1. Membro da Câmara Técnica de EA do SCBH-ATC; 2. Membro da Câmara Técnica de Planejamento e Gestão do SCBH-ATC; 3. Relatora da CTEA do SCBHATC, Socióloga da Prefeitura de Guarulhos; 4. Coordenadora da CT-EA do SCBHATC/ Presidente da Organização Bio-Bras; 5. Coordenador da CT de Apoio ao licenciamento e fiscalização ambiental do SCBHATC, analista ambiental da Agência Ambiental de Guarulhos (CETESB); 6. Presidente do SCBH-ATC e Prefeito do Município de Suzano

ABSTRACT

From September/2010 to September/2009, the Alto Tietê Cabeceiras river basin committee developed the "Protocol to social and environmental river basin quality protection and recover", to the 9 municipalities that are part of the river basin. The Protocol was built from 8 themes: environmental sanitation, environmental control, environmental education and communication, management and conservation of natural resources, agriculture, proper habitation, territorial planning and evaluation, monitoring and management integrated system. Institutions became signatories of the Protocol and pledged to collaborate to the political, technical, pedagogical, financial and logistical dimensions to the goals of the Protocol. This study involved 2000 people and 50 governmental and non-governmental institutions in processes of social and environmental learning and participative planning, to promote the ability to water governance.

Palavras-chave: *governança, planejamento, aprendizagem*

INTRODUÇÃO

Ao enfrentarmos a crise mundial da água, dada pela sua distribuição política e natural, pelos conflitos de uso, pelo consumo inconseqüente ou pelo processo de degradação ambiental, somos remetidos imediatamente à gestão e à governança das águas nos âmbitos global e local.

"Governança diz respeito ao controle que os atores implicados no sistema político podem exercer sobre os seus destinos, embora, quando se trata de governança sobre os bens comuns globais, existam muitas controvérsias na teoria e na prática das relações internacionais" (ABDALA, 2007).

Diversas conferências, fóruns, reuniões e acordos internacionais sobre recursos hídricos já foram realizados procurando regulamentar o uso da água em escala global; porém, ainda é necessário estabelecer aparatos institucionais que enfrentem os desafios com capacidade de negociação e resolução dos conflitos.

No Brasil, busca-se a governança das águas por meio da Política Nacional dos Recursos Hídricos (PNRH) e o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH), instituídos por meio da Lei no 9.433, de 8 de janeiro de 1997, têm como seus formuladores e executores o Ministério do Meio Ambiente (MMA), Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano, Agência Nacional de Águas (ANA), Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) e os Sistemas Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos, com Agências e Comitês de Bacias Hidrográficas.

A Política Nacional de Recursos Hídricos é clara e objetiva na definição de diretrizes gerais de ação, as quais se referem à indispensável integração da gestão das águas com a gestão ambiental.

"O sistema de governança de águas brasileiro talvez não seja um dos melhores, mas existe um grande esforço para que seja coerente, integrada, transparente, inclusiva, participativa. Esses são princípios disseminados pela Política Nacional de Recursos Hídricos, e pode não ser o discurso único sobre governança, mas é o discurso brasileiro" (SOARES et al., 2008).

A partir da Política Nacional, "os estados passaram a instituir suas políticas de recursos hídricos, tendo como referência a legislação federal. Alguns entes federados, que já possuíam sua legislação, revogaram suas leis e sancionaram outras, procurando adequação à lei federal" (MMA, 2006).

O Estado de São Paulo é um dos entes da federação que já havia instituído sua política de recursos hídricos através da Lei nº 7.663/91, posteriormente regulamentada pelo Decreto nº 36.787/93, que criou o

Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo – SIGRH, congregando órgãos estaduais, municipais e entidades da sociedade civil.

Para assegurar a gestão dos recursos hídricos das bacias hidrográficas, criou-se o FEHIDRO – Fundo Estadual de Recursos Hídricos, um instrumento de apoio financeiro do SIGRH em acordo com a Lei Estadual 7.663/91, regulamentado pelo Decreto nº 37.300/1993 e alterado pelo Decreto nº 43.204/1998.

Em 1994, a Lei 9.034 aprovou o Plano Estadual de Recursos Hídricos e propôs a divisão do Estado de São Paulo em 22 Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos – UGRHI, com 21 Comitês de Bacias Hidrográficas - CBHs instituídos legalmente.

Os CBHs, órgãos colegiados com atribuições normativas, consultivas e deliberativas exercidas no âmbito de uma bacia hidrográfica, são formados, conforme legislação estadual, por representação paritária do Estado, Municípios e Sociedade Civil.

Destaca-se agora a Bacia Hidrográfica do Alto Tietê, sob a gestão do Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê (CBH-AT), instalado em 1994, mas com funcionamento efetivo desde 1997. Esta unidade de gerenciamento composta por 34 municípios da bacia coincide praticamente com a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP).

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê é composto de um Plenário, da Diretoria, com presidente, vice-presidente e secretaria-executiva, além de estruturar-se em cinco Subcomitês e Câmaras Técnicas.

O objeto deste documento está inserido na Sub-bacia Hidrográfica do Alto Tietê Cabeceiras, daqui em diante denominado SCBH-ATC, com gestão de seu Subcomitê que, conforme previsto em estatuto, é um órgão colegiado, descentralizado, de caráter consultivo e deliberativo, vinculado ao Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê, criado através de deliberação do CBH-AT em 22 de setembro de 1997.

A Bacia Hidrográfica do Alto Tietê Cabeceiras, com população aproximada de 2,8 milhões de habitantes, engloba os municípios de Arujá, Biritiba Mirim, Ferraz de Vasconcelos, Guarulhos, Itaquaquecetuba, Mogi das Cruzes, Poá, Salesópolis e Suzano.

A Região Metropolitana de São Paulo se notabiliza por apresentar acelerado desenvolvimento econômico, intenso crescimento populacional e expansão urbana desordenada, fatores que concorrem para o agravamento de suas condições ambientais, notadamente com relação à gestão dos recursos hídricos e manutenção da biodiversidade. Oliveira e Alves (2006) constaram, a partir de análise comparativa entre os Censos Demográficos de 1991 e 2000, que a expansão urbana no interior das Áreas de Proteção a Mananciais foi significativamente superior à expansão ocorrida em áreas não incluídas pela legislação, 28% em áreas de APM e 21% nas demais áreas, reafirmando o padrão de expansão urbana periférica em direção às áreas especialmente protegidas.

A concentração de áreas de tamanha expressão ambiental, incluindo reservatórios que hoje abastecem quatro milhões de pessoas, regiões com vocação para o lazer e turismo, além de produção agrícola, faz do Alto Tietê Cabeceiras credor de serviços ecossistêmicos fundamentais para a sustentabilidade da metrópole de São Paulo.

Assegurar recursos hídricos em quantidade e qualidade tornou-se uma questão de sobrevivência para a Região Metropolitana e um desafio para os governos. Assim é que, na década de 1970, com a conclusão do Plano Metropolitano de Desenvolvimento Integrado – PMDI foi formulada a Legislação de Proteção de Mananciais (Leis Estaduais nº 898/75, 1.172/76 e Decreto nº 9.714/77), instrumento de caráter preventivo que disciplina o uso e ocupação do solo tendo em vista proteger a água, bem escasso de interesse estratégico.

No Alto Tietê Cabeceiras, a Lei de Mananciais incide em 98% do município de Salesópolis, 89% de Biritiba Mirim, 49% de Mogi das Cruzes, 64,5% de Suzano, 40% de Ferraz de Vasconcelos, 6% de Poá, 51% de Arujá e 30% do território de Guarulhos.

Alerta-se também para a Mata Atlântica, importante bioma do planeta, que contribui para a proteção e regulação do regime hídrico dos mananciais, controla o clima local, garante a fertilidade do solo e abriga grande diversidade de espécies animais e vegetais, muitas em iminente risco de extinção. A Mata Atlântica é internacionalmente reconhecida como um dos cinco mais importantes hotspots – as áreas mais ricas em biodiversidade e mais ameaçadas em todo o mundo (MITTERMEIER et al., 1999).

O cenário socioambiental da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê Cabeceiras requer um esforço político, técnico e social conjunto, integrado e articulado com ações precisas, qualificadas, legitimadas e estratégicas que enfrentem os desafios impostos pelo modelo civilizatório vigente, pautado pela sociedade de consumo, pelo esgotamento dos recursos naturais e degradação ambiental.

O SINGREH transcende o papel de mero instrumento gerencial, na medida em que gera e ordena relações políticas com base em processos de tomada de decisão. “Mas, também, exige para o seu funcionamento, a construção de consensos e tomadas de decisão lastreadas na confiança entre os atores por meio de processos gerenciais horizontalizados e pluralistas” (MACHADO, 2009).

Neste sentido, é necessário um olhar e ação na perspectiva de desenvolvimento e ordenamento territorial local, o que exige transversalidade nas ações pela melhoria do que já vem sendo disponibilizado nas várias instâncias, renovando-as ou descobrindo novas institucionalidades que sejam pluralistas e consolidadas pelos laços de confiança.

“A Lei 9.433/97 é avançada e importante para a ordenação territorial, mas, implica mudanças importantes dos administradores públicos e dos usuários, já que requer receptividade ao processo de constituição de parcerias” (ANA, 2007).

Explicitada a necessidade de integração da gestão ambiental à gestão das águas, o Subcomitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê Cabeceiras lançou, em 21/09/2009, as diretrizes para a formulação do “Protocolo em defesa da recuperação da qualidade socioambiental da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê Cabeceiras”.

Documento político com bases técnicas construído coletivamente no período de setembro de 2009 a março de 2010, o Protocolo busca promover a sinergia entre os diversos campos do saber e do fazer, devendo ser pensado e executado transversalmente nas esferas políticas, administrativas, econômicas, acadêmicas, técnicas e populares.

O Protocolo abrange oito eixos temáticos, a saber: 1) Saneamento ambiental; 2) Controle, prevenção e fiscalização ambiental; 3) Educação Ambiental, desenvolvimento de capacidades humanas e comunicação; 4) Manejo e conservação dos recursos naturais; 5) Agricultura e manejo dos insumos agropecuários; 6) Moradia adequada; 7) Ordenamento Territorial e 8) Sistema de avaliação, monitoramento e gerenciamento de informações integradas.

Com a finalidade maior de contribuir para a qualidade socioambiental da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê Cabeceiras, este Protocolo enquadrou-se nas abordagens de governança pluralista e de protagonismo, por isso, as metodologias adotadas foram qualitativas e participativas que extrapolaram a esfera representativa no âmbito do Subcomitê, envolvendo cerca de 2.000 pessoas ao longo de todo o seu território.

Segundo Abdala (2007), “políticas resultantes de governança pluralista tendem a perseguir distribuição compartilhada de benefícios, divisão de responsabilidades visando à agregação de múltiplos interesses simultaneamente.”

Assim, destaca-se que o processo de construção coletiva do Protocolo envolveu negociações políticas para pactuar suas diretrizes, metas e ações a serem executadas atendendo às características socioambientais, às expectativas, necessidades, fragilidades e busca pela resolução dos problemas de forma compartilhada, definindo as co-responsabilidades na Bacia Hidrográfica do Alto Tietê Cabeceiras.

“O conceito amplo de governança ambiental é aquele que liga e harmoniza políticas, instituições, processos, ferramentas e informações de modo a capacitar todos seus interessados a gerenciar conflitos, buscar consensos, efetuar escolhas abalizadas e assumir responsabilidades pelas próprias ações” (BID,2006).

MÉTODOS

A elaboração do Protocolo fundamentou-se em metodologias participativas e de planejamento (BORDA, 1982; COSTA,1986) com interações e intervenções, buscando sensibilizar, mobilizar, diagnosticar, informar, gerar reflexões, ações e produção de conhecimentos pela qualidade da bacia hidrográfica.

Vislumbraram-se na metodologia adotada os desafios de extrapolar a participação para além do âmbito do Subcomitê e criar espaços dialógicos favoráveis para os pactos necessários junto aos signatários comprometidos com a execução do Protocolo.

Outro ponto considerado na definição da metodologia foi o estabelecimento do processo de construção do documento como uma oportunidade para viabilizar aprendizagem, comunicação e capacitação de todos os envolvidos, tornando o próprio processo um instrumento significativo de envolvimento e mobilização.

Assim, diferentes estratégias foram utilizadas para o envolvimento da diversidade representativa dos públicos que compõem essa sub-bacia, caracterizando-se em oportunidades de divulgação, diálogos, reflexão e ações que contribuiriam diretamente na construção do Protocolo.

A metodologia foi desenvolvida no sentido de alcançar novos espaços, representações sociais e a sociedade do Alto Tietê Cabeceiras de forma geral, que se encontrava distante da política nacional e estadual de recursos hídricos, desconhecendo o significado, a função e a atuação do Subcomitê.

Para o desenvolvimento dos trabalhos, primeiramente criou-se um grupo coordenador, formado por integrantes das câmaras técnicas e diretoria executiva do Subcomitê, grupo que ficou sob a coordenação geral de um profissional habilitado em processos de planejamento participativo e aprendizagem socioambiental.

Definiram-se, em conjunto, oito eixos temáticos que foram a base da construção do documento, com o intuito de mapear cada um deles, a saber: 1) Saneamento ambiental; 2) Controle, prevenção e fiscalização ambiental; 3) Educação Ambiental, desenvolvimento de capacidades humanas e comunicação; 4) Manejo e conservação dos recursos naturais; 5) Agricultura e manejo dos insumos agropecuários; 6) Moradia adequada; 7) Ordenamento Territorial; 8) Sistema de avaliação, monitoramento e gerenciamento de informações integradas.

A metodologia do Protocolo voltou-se para a elaboração coletiva e participativa de um panorama da bacia hidrográfica, traçando para cada um dos oito eixos temáticos um arcabouço teórico, conceitual e legal, além de identificar os seus principais problemas e fragilidades, suas potencialidades, os atores sociais envolvidos, os projetos, programas e políticas em desenvolvimento na região.

A partir de uma combinação de estratégias metodológicas a construção do Protocolo utilizou-se de análises exploratórias e documentais, pesquisa de campo, grupos focais, aplicação de questionários e intervenções sociais

Após a construção do panorama foi possível definir as diretrizes e metas, com tempo determinado para execução de início imediato, curto, médio e longo prazos em cada eixo temático do Protocolo.

A partir da base dos eixos temáticos definidos iniciaram-se as estratégias de envolvimento e participação para a elaboração coletiva do documento:

Ciclo de Seminários nos Municípios – No período de 22/01 a 03/02/10, as nove prefeituras da Sub-bacia em conjunto com o Subcomitê convidaram entidades da sociedade civil, representantes do Legislativo e órgãos do Estado a participarem de seminários, palestras e grupos de trabalho sobre os oito eixos temáticos do Protocolo. Cada município teve a liberdade para realizar o seminário de acordo com sua realidade; o que possibilitou a formalização de diagnósticos locais, diálogos sobre os problemas e apresentação de propostas para solucioná-los. Reuniram nesta estratégia cerca de 700 pessoas, e mais de 200 propostas para os eixos temáticos foram apresentadas.

Encontros por Segmentos – Segmentos da sociedade se reuniram interna e publicamente para dialogar, refletir e apresentar suas propostas de solução dos problemas apontados. Dentre eles destacam-se: Setor da Agricultura; Legislativos dos municípios e do Estado; AMAT – Associação dos Municípios do Alto Tietê e Região. Houve a participação de aproximadamente 150 pessoas.

Rede Social do Protocolo – Foi criada uma estratégia virtual para o envolvimento de diversificados públicos com interesse em participar e compreender a construção coletiva do Protocolo. A Rede caracteriza-se num “Ambiente Virtual de Aprendizagem Permanente” com objetivo de troca de experiências, interações, socialização de informações, expectativas e apresentação de propostas para os eixos temáticos. Mais de 350 pessoas integram e participam da Rede Virtual do Protocolo (www.protocolotietecabeceiras.ning.com).

Formação de Voluntários Ambientais para contribuição na elaboração do Protocolo – Por meio da Câmara Técnica de Educação Ambiental do SCBH-ATC formaram-se 54 voluntários – moradores da Sub-bacia, estudantes universitários, graduados e pós-graduados em diversas áreas do conhecimento. Os voluntários que contribuíram diretamente na construção do Protocolo foram sensibilizados e mobilizados para a causa socioambiental abordada pelo Protocolo. A Câmara Técnica de Educação Ambiental desenvolveu um curso teórico e prático sobre “Educação Ambiental e Gestão dos Recursos Hídricos” de 100 horas/aula para este grupo de voluntários.

Pesquisa sobre percepção ambiental – A Câmara Técnica de Educação Ambiental do SCBH-ATC realizou uma pesquisa sobre a percepção ambiental da população da bacia hidrográfica. Foram realizadas 829 entrevistas nos nove municípios, a partir da contribuição direta dos voluntários mencionados. Os resultados dessa pesquisa também subsidiaram a elaboração do Protocolo.

Câmaras Técnicas do SCBH-ATC – A Câmara Técnica de Educação Ambiental, a Câmara Técnica de Apoio ao Licenciamento e Fiscalização Ambiental e a Câmara Técnica de Planejamento e Saneamento, instituídas e regulamentadas pelo Subcomitê como instâncias técnicas, com representação do poder público e sociedade civil, foram responsáveis, juntamente com a Coordenação Geral do Protocolo, pelas análises técnicas e a sistematização final dos oito eixos temáticos.

Para tanto, as três Câmaras Técnicas elaboraram instrumentos de coleta de dados, analisaram documentos oficiais, sistematizaram informações e realizaram diversas reuniões internas e algumas abertas ao público, com o objetivo de socializar, dialogar, refletir, construir e aprimorar as propostas do Protocolo. Neste espaço reuniram-se aproximadamente 100 pessoas.

APRECIÇÃO E DISCUSSÃO

A elaboração do Protocolo em defesa da bacia Hidrográfica do Alto Tietê Cabeceiras deflagrou processos diversificados de importância para a gestão ambiental que nos municípios envolve diretamente os recursos hídricos.

Quando chegamos às realidades dos municípios, onde os problemas ocorrem de fato, onde os rios correm, onde são lançados os esgotos e depositados os resíduos sólidos, onde há o contato com a poluição e contaminação dos diversos compartimentos ambientais, é que se torna possível visualizar e compreender o entrelaçamento de todas as macro-políticas, que ao chegarem nas localidades perdem as forças e transformam-se em políticas públicas não concretizadas, apenas sonhadas.

São estes municípios, aqui chamados de lugares, que de acordo com Santos (2009), “realizam e revelam o mundo, tornando-o historicizado e geografizado, isto é, empiricizado. São singulares, mas, são também globais, manifestações da totalidade-mundo”.

Apesar da tentativa de articulação de políticas ambientais por meio do Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA, no âmbito nacional e estadual ainda nos deparamos e nos relacionamos com

mecanismos de gestão específicos para meio ambiente e recursos hídricos, sendo para cada um designado um setor, uma estrutura, uma equipe técnica, recursos financeiros específicos e conselhos de controle social. Porém, quando nos deslocamos aos municípios e regiões, nos confrontamos com outra conjuntura, que nos força a construir lógicas, estratégias e institucionalidades diferenciadas para atender aos princípios gerais de uma série de políticas e sistemas que devem ser trabalhados na prática de forma integrada, articulada, descentralizada e compartilhada.

Ressalte-se que a história brasileira do gerenciamento dos recursos hídricos “no avanço de suas discussões registra e sempre aponta a necessidade de integração entre os sistemas de recursos hídricos e meio ambiente, com flexibilidade o suficiente para atender à diversidade regional de seu território” (ANA, 2007).

Na bacia hidrográfica os municípios são os grandes atores sociais responsáveis e gestores das águas, num processo quase que inconsciente de política local-global e por isso mitificando e ao mesmo tempo simplificando toda a complexidade das conexões necessárias no campo das institucionalidades, das políticas, dos conhecimentos técnicos e populares, das legalidades estabelecidas, dos recursos e estruturas precisas para avanços consistentes. Mitificam quando conceitos, abordagens e atores de relevância global se apresentam, colocando-se no cenário como “uma necessidade universal, uma presença indiscutível, dotada de uma força quase divina à qual os homens acabam se rendendo sem buscar entendê-la. É um fato comum no cotidiano de todos, portanto, torna-se uma banalidade, com fundamentos que escapam à percepção imediata” (SANTOS, 2009).

Assim, os municípios enfrentam na Bacia Hidrográfica do Alto Tietê Cabeceiras certos dissabores ao exercerem os seus poderes de dialogar, refletir e decidir no colegiado criado para a gestão dos recursos hídricos – o Subcomitê. Isto se dá devido aos já conhecidos problemas enfrentados pela gestão ambiental em todo país, como a descontinuidade de políticas, a troca constante de gestores, a deficiência técnica na gestão pública e a articulação interinstitucional vertical entre município, estado e federação. “Sendo as verticalidades carregadas de uma ordem implacável, cuja convocação incessante a segui-la representa um convite ao estranhamento” (SANTOS, 2009).

Destaca-se ainda a política partidária regional e estadual portadora das verticalidades de Santos (2009), dificultando fortemente avanços nas articulações, pactos e decisões em busca da gestão das águas eficiente, eficaz e efetiva, sobressaindo-se os interesses particulares, os desmandos, a resistência ao novo e conseqüentemente a inação oriunda de ausência de informações, de incompreensão das políticas vigentes com suas abordagens conceituais, técnicas, administrativas.

Aliado a este quadro de fragilidades da gestão pública municipal e regional da bacia hidrográfica do Alto Tietê Cabeceiras, encontra-se a sociedade civil também enfraquecida e distante da participação desejável para a gestão compartilhada das águas.

O Subcomitê do Tietê Cabeceiras vem há mais de 10 anos exercendo a gestão compartilhada, com composição tripartite e paritária entre Estado, Município e Sociedade Civil, com um esvaziamento preocupante dos 3 segmentos que compõe este Colegiado. Neste período praticamente os mesmos atores sociais compuseram o Subcomitê, numa representação limitada da sociedade civil que embora tivesse seu espaço garantido no colegiado, deixou de ocupá-lo, permitindo assim que repetidamente as mesmas representações se fizessem presentes e ainda sem preencher todas as cadeiras destinadas à mesma.

Vivenciaram-se no Subcomitê gestor das águas na Bacia Hidrográfica do Alto Tietê Cabeceiras longos períodos de acomodações estabelecidas pelas ações e relações entre Estado e Municípios que, por sua vez, influenciaram o perfil da sociedade civil local/regional desinformada e distante da participação nos processos de reflexão e tomadas de decisão nessa região.

Desenvolveu-se, dessa forma, uma espécie de gestão adormecida das águas no Alto Tietê Cabeceiras, oscilando entre desperta, atenta, ativa para ausente, incipiente, limitada e fragilizada, sem avanços e efetividade. Concentrou-se nestes anos um pequeno grupo de atores sociais técnicos empenhados em cumprir o papel efetivo de tomadores de decisão, mas, que diante das negociações tinham suas construções e produções coletivas sucumbidas pelas decisões e vontades políticas de interesses particulares.

Todos os fatos apresentados até aqui foram constatados pela metodologia de elaboração do Protocolo que durante o seu processo participativo permitiu o adentrar em cada Prefeitura Municipal da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê Cabeceiras, revelando histórias, ocorrências, ausências, desconhecimentos, interesses particulares, estratégias, sonhos e esperanças que colocam a gestão das águas em patamares diferenciados entre o bom, o razoável e o péssimo.

Por meio das metodologias qualitativas e participativas foi possível fazer uma série de reflexões, levantamentos, comparações, análises, mobilizações e intervenções desencadeando na Bacia do Tietê Cabeceiras novas oportunidades, ações e reações fazendo do Protocolo um instrumento forte para a governança das águas.

A metodologia do Protocolo trouxe para o Subcomitê a inovação de abordagens, estabelecendo uma conexão entre as estruturas, as políticas, as instituições, os diferentes conhecimentos, os atores sociais e as ações desenvolvidas na bacia hidrográfica.

Durante o processo de construção do Protocolo o Alto Tietê Cabeceiras conseguiu-se quebrar as barreiras setoriais no interior do Subcomitê, apresentando-se um cenário de movimento pelo desenvolvimento territorial sustentável, onde saneamento ambiental; conservação dos recursos naturais; agricultura; educação ambiental e comunicação; fiscalização ambiental; ordenamento territorial; monitoramento e sistema de informações integradas passaram a ser o foco das atenções dos gestores públicos municipais e estaduais e da sociedade civil organizada. Ainda que a bacia hidrográfica seja a unidade de planejamento territorial no âmbito das discussões do sub-comitê, é possível encontrar a identidade municipal e setorial muito arraigada nos seus representantes.

Neste sentido, o protocolo propiciou aos atores um olhar sobre a bacia a partir de uma outra perspectiva, as fronteiras municipais foram substituídas pelos oito eixos. Isto não significa deixar as peculiaridades e as realidades locais de lado, pelo contrário, estas foram contextualizadas num território ampliado, o local inserido no global.

O panorama socioambiental da bacia foi construído a partir de diagnósticos referenciados nos municípios, porém, a definição de diretrizes e metas foi construída para a bacia como um todo. Essa dinâmica de estabelecimento de um objetivo coletivo, comum a prefeituras, empresários, organizações não-governamentais, Governo do Estado e usuários de água, garantiu o processo de pactuação entre esses atores. Essa mudança de perspectiva pode ter sido uma das causas para essa nova dinâmica dos atores do sub-comitê, pois as discussões não eram marcadas por cobranças, mas por metas a serem alcançadas, isto é, o foco central sempre foi a sustentabilidade socioambiental da bacia.

Outro fator que pode ter estimulado o ativismo na construção do protocolo foi a garantia de protagonismo dos atores, pois todas as manifestações foram respeitadas, diferenças foram discutidas e negociadas, enfim, a agenda da bacia foi construída coletivamente.

Por fim, um terceiro fator para essa dinamização no sub-comitê foi a integração das câmaras técnicas, cujos coordenadores (as) e relatores (as) reuniam-se periodicamente para avaliação e definição de cada etapa de construção do protocolo. Esses momentos de discussão foram muito ricos, pois consistiram num processo de troca de conhecimentos, estabelecimento de laços de confiança e até mesmo de afetividade. Isto não significou a ausência de conflitos, mas a possibilidade de integração e construção de uma identidade coletiva.

A sociedade civil, prefeituras municipais e governo do Estado foram provocados e conclamados a ocuparem seus espaços e participarem com suas potencialidades e fragilidades numa tentativa de integração para reconhecimentos, parcerias, construções e produções coletivas que levassem a definições, negociações e compromissos assumidos publicamente pela qualidade socioambiental na bacia hidrográfica.

O processo de elaboração do Protocolo propiciou um panorama geral da bacia hidrográfica, com diagnósticos da sua situação crítica ambiental, política, administrativa, técnica e social, o que permitiu definir de forma conjunta e participativa as diretrizes norteadoras para a execução de metas e ações para cada eixo temático do documento conforme demonstradas a seguir:

Eixo Temático: Saneamento Ambiental

Diretrizes:

- Fomento a elaboração de Planos Municipais de Saneamento Ambiental para todos os municípios da sub-bacia, atentando para o pleno atendimento à Resolução Recomendada n.º 75 do Conselho das Cidades – Ministério das Cidades;
- Estabelecimento de estratégias de integração de políticas de saneamento, de recursos hídricos, de saúde pública e de meio ambiente;
- Responsabilidade compartilhada entre todos os atores da Sub-bacia;
- Mobilização e educação ambiental para o saneamento ambiental;
- Criação de sistema declaratório e inventário de resíduos sólidos;
- Inserção de catadores, associações e cooperativas no processo de coleta, separação e comercialização dos resíduos urbanos recicláveis;
- Gestão regionalizada e integrada dos resíduos sólidos;
- Estimulo às negociações setoriais para a definição de metas e planejamento na gestão dos resíduos sólidos industriais;
- Adotar o conceito da vazão de restrição com o objetivo de adequar trechos de córregos que receberão acréscimo de águas pluviais;
- Elaboração de planos de saneamento ambiental rural;
- Gestão consorciada dos Resíduos da Construção Civil e Resíduos Volumosos.

Meta geral do eixo temático:

- Desenvolver estrutura institucional de suporte às ações de saneamento ambiental

Metas específicas – sub-eixos:

- Elaborar e desenvolver Planos Municipais de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos;
- Promover a universalização da coleta e tratamento dos esgotos;
- Elaborar e Implementar Programa de Desassoreamento dos cursos d'água;

- Elaborar e Implementar Programa do Solo Permeável nos Municípios;
- Elaborar e Implementar Programa de adequação da vazão de escoamento da água de chuva nos córregos;
- Elaborar e implementar Programa de contenção de processos de erosão e assoreamento;
- Promover a Universalização do Abastecimento de Água;
- Garantir a quantidade e qualidade da água à população da sub-bacia.

Eixo Temático: Controle, Prevenção e Fiscalização Ambiental

Diretrizes:

- Contenção do crescimento das ocupações e atividades irregulares em áreas especialmente protegidas, particularmente na Área de Proteção de Mananciais, na Área de Proteção Ambiental da várzea do Rio Tietê, na Serra do Itapeti e nas Áreas de Preservação Permanente – APP;
- Intensificação das ações de fiscalização por parte dos órgãos estaduais e prefeituras municipais a fim de que, de forma coordenada, garantam o controle do uso e ocupação do solo, disciplinem as atividades potencialmente poluidoras e reprimam o desmatamento;
- Modernização das tecnologias e ferramentas utilizadas nas ações de controle ambiental, particularmente nos aspectos do licenciamento, fiscalização e monitoramento;
- Garantia de maior agilidade nos processos de licenciamento ambiental;
- Instituição de legislação municipal ambiental adequada à realidade local.

Metas:

- Intensificar a fiscalização na Bacia Hidrográfica do Alto Tietê Cabeceiras;
- Agilizar os procedimentos de licenciamento ambiental.

Eixo Temático: Educação Ambiental, Desenvolvimento de Capacidades Humanas e Comunicação ambiental

Diretrizes:

Num compromisso assumido com a EA emancipatória, transformadora, crítica e dialógica destinada aos diferentes públicos da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê Cabeceiras, com seus saberes e fazeres diversificados propõe-se a:

- Sustentabilidade socioambiental;
- Participação e controle social;
- Transversalidade;
- Capilarização das ações e políticas públicas;
- Exploração do conhecimento local, contextualizado e conectado ao global;
- Edição e multiplicação de saberes e fazeres;
- Valorização e inclusão dos desejos, sonhos e necessidades das comunidades nas políticas públicas.

Metas:

- Implantar e desenvolver gestão integrada e articulada da educação ambiental no âmbito formal, não formal e informal de acordo com a PNEA, criando política municipal de educação ambiental em cada município da sub-bacia
- Construir e implementar estruturas educadoras – centros de educação ambiental nos municípios da sub-bacia
- Construir a Agenda 21 Local de cada município, conectando-a à construção da Agenda 21 Regional do Alto Tietê Cabeceiras
- Desenvolver as capacidades humanas em educação ambiental formal, não formal e informal para a qualidade socioambiental da sub-bacia hidrográfica
- Desenvolver processo de comunicação comprometido com a democratização, transparência e acessibilidade à informação socioambiental na sub-bacia
- Criar e operacionalizar fundos e linhas de financiamentos para a promoção da educação ambiental
- Implantar sistema participativo de monitoramento, avaliação e gerenciamento de informações integradas por meio de programas de educação ambiental e comunicação

Eixo Temático: Conservação e Manejo dos Recursos Naturais

Diretrizes:

Com a vasta legislação existente que norteia a conservação e manejo dos recursos naturais estabeleceu-se um enfoque necessário para adoção de práticas conservacionistas que protejam a flora e a fauna, os ecossistemas e *habitats*, as águas e o solo, minimizando os impactos ambientais negativos. Contemplando com destaque o aproveitamento sustentável dos recursos naturais, bem como a gestão integrada e articulada, decisões devem ser tomadas a partir da participação das comunidades.

- Promoção do desenvolvimento sustentável;

- Gestão territorial integrada e articulada;
- Adequação dos instrumentos legais, dos mecanismos operacionais e do modelo de gestão dos recursos naturais;
- Criação de base de dados e geração de tecnologias apropriadas para a modernização das atividades em bases sustentáveis;
- Consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação visando a proteção efetiva dos recursos naturais;
- Educação ambiental e capacitação contínua e permanente para a gestão adequada dos recursos naturais.

Metas:

- Implantar e fortalecer as estruturas e a capacidade de gestão e monitoramento dos recursos naturais;
- Ampliar e proteger a cobertura vegetal original da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê Cabeceiras;
- Criar e aplicar prerrogativas e incentivos legais;
- Criar e gerenciar unidades de conservação e corredores ecológicos;
- Criar e gerenciar áreas verdes urbanas em cada município;
- Criar e operacionalizar fundos e linhas de financiamentos para a conservação dos recursos naturais.

Eixo Temático: Agricultura e Manejo dos Insumos Agropecuários

Diretrizes:

- Promoção do desenvolvimento sustentável;
- Criação de base de dados e geração de tecnologias apropriadas para a modernização das atividades em bases sustentáveis;
- Sistema de licenciamento ambiental específico para os produtores rurais, estabelecendo parâmetros de enquadramento da atividade frente à legislação ambiental vigente para a sua adequação legal;
- Apoio à manutenção das atividades agrícolas através de investimentos em infra-estrutura e melhoria da qualidade de vida do homem do campo, a fim de que se mantenha na zona rural;
- Educação ambiental e capacitação contínua e permanente para o desenvolvimento rural com bases sustentáveis;

Metas:

- Promover o desenvolvimento rural sustentável por meio de boas práticas agrícolas.

Eixo Temático: Moradia Adequada

Diretrizes:

- Promoção da regularização fundiária sustentável;
- Realização de levantamentos e diagnósticos da situação dos assentamentos urbanos e rurais dos municípios;
- Realização de mapeamentos de áreas de risco e planos de erradicação de risco;
- Viabilização de apoio técnico e financeiro para ações de produção habitacional e regularização urbanística e fundiária;

Metas:

- Estruturar o planejamento municipal em base legal eficiente que aperfeiçoe o tempo de aprovação de projetos e a captação de recursos;
- Fortalecer estrutura institucional, fomentando a regularização fundiária e os projetos de urbanização integrados;
- Adotar e fomentar a gestão participativa como instrumento de sustentabilidade na Bacia do Alto Tietê Cabeceiras, em especial nas ações integradas de gerenciamento dos recursos hídricos e regularização fundiária.

Eixo Temático: Ordenamento Territorial

Diretrizes:

Tendo em vista o comprometimento da sociedade com a construção de uma política pública sustentável para a Bacia Hidrográfica do Alto Tietê Cabeceiras, é essencial fomentar a discussão sobre a sub-bacia a partir do resgate histórico e da realidade local, valorizando a troca de saberes e fazeres.

- Participação dos diversos atores sociais na construção de uma política de desenvolvimento urbano;
- Promoção do adequado uso do solo e real distribuição de todos os benefícios originados com esta prática;
- Gestão democrática da cidade;
- Desenvolvimento territorial com bases sustentáveis;
- Função socioambiental das propriedades e cidade.

Metas:

- Elaborar, revisar, aprovar e implementar o plano diretor de cada município da sub-bacia hidrográfica;
- Elaborar e implementar instrumentos de gestão e controle social;
- Criar e adequar a legislação que trata do ordenamento territorial;
- Elaborar zoneamento regional integrado e articulado.

Eixo Temático: Sistema de Avaliação, Monitoramento e Gerenciamento de Informações Integradas

Diretrizes:

- Garantia de insumos materiais e humanos capacitados, fomentando estratégia que possibilite o bom desempenho do Gerenciamento dos Recursos Hídricos na Região com os atores da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê Cabeceiras, voltados à geração, monitoramento, gerenciamento e avaliação de informações que possibilitem a recuperação, preservação e melhoria da qualidade socioambiental;
- Promoção do desenvolvimento de ferramentas de produção e análise de dados que aprimorem o desenvolvimento socioambiental, em consonância com os objetivos da AMAT e demais atores da Bacia;
- Desenvolvimento de instrumentos que possibilitem o pleno compartilhamento de famílias de dados e bases cartográficas entre os atores da Bacia como instrumento de desenvolvimento e insumo à pesquisa científica, ao planejamento e à gestão, visando o desenvolvimento sustentável;
- Estabelecimento de indicadores entre os municípios e demais atores do Alto Tietê Cabeceiras, em plataforma compartilhada e com base de dados estendida, a partir do Relatório de Situação dos Recursos Hídricos e demais temas ambientais pertinentes, em modelo sintético de linguagem universal, evoluindo na qualidade das respostas às demandas socioambientais da bacia.

Metas:

- Estruturar o planejamento municipal em base eficiente de resposta;
- Construir sistema de informação geográfica - SIG em base regional com interface voltada à gestão;

Fomentar a Gestão Participativa como instrumento de sustentabilidade na bacia do Alto Tietê Cabeceiras.

Além das diretrizes e metas dos eixos temáticos do Protocolo, chegaram-se também ao resultado de estabelecer ações para ações para cada meta estipulada, com prazos e responsáveis definidos de acordo com a tabela a seguir:

Tabela 1 - Ações do Protocolo

Ações	Saneamento Ambiental					Controle, Prevenção e Fiscalização Ambiental	Educação Ambiental	Manejo e Conservação dos Recursos Naturais	Agricultura e Manejo dos Insumos Agropecuários	Moradia Adequada	Ordenamento Territorial	Sistema de avaliação, monitoramento e gerenciamento de informações	Total
	Geral	Resíduos Sólidos	Coleta e Tratamento de Esgotos	Águas Pluviais	Abastecimento de Água								
Início Imediato	0	8	5	1	2	4	2	11	0	4	1	2	40
Curto Prazo	3	3	1	3	5	3	12	12	5	14	8	3	72
Médio Prazo	0	5	3	6	3	0	20	8	1	6	6	6	64
Longo Prazo	0	4	1	1	0	0	0	3	0	0	0	4	13
Total	3	20	10	11	10	7	34	34	6	24	15	15	189
		54											

Quanto aos prazos pactuados na execução das metas, definiram-se ações de início imediato com o tempo de até 1 ano; ações de curto prazo com o tempo de três anos; ações de médio prazo com o tempo de cinco anos, e ações de longo prazo com dez anos.

CONCLUSÃO

O Protocolo é um documento político, com bases técnicas e participativas, que relata a situação crítica da Bacia Hidrográfica com relação a cada eixo temático e apresenta, de forma concreta, diretrizes, 35 metas e 189 ações para recuperar a qualidade socioambiental da região pela gestão dos recursos hídricos do Subcomitê.

As constatações e mapeamentos produzidos pelo processo de elaboração do Protocolo evidenciaram a ausência de condições para uma governança das águas verdadeira e efetiva, muito embora, teoricamente, a existência do colegiado gestor das águas tivesse a competência e a legitimidade para exercê-la.

“As decisões negociadas na gestão hídrica cristalizam-se em ações que alocam recursos de órgãos públicos, municipais ou estaduais, de entidades não governamentais ou privadas. No entrelaçamento das áreas com as quais os recursos hídricos tem interface, estruturam-se dinâmicas que devem ser pautadas pela flexibilidade, diálogo e articulação institucional” (GRANJA, 2009).

Durante o processo de construção participativa do Protocolo, visualizou-se uma grande dificuldade de articulações institucionais que incorporassem um diálogo conjugado simultaneamente entre o político, técnico e institucional, revelando dificuldades na compreensão e, conseqüentemente, nas ações inseridas na lógica de governabilidade e de governança.

Segundo Granja (2009), a governança da água exige não só capacidade técnica transversal, como também a superação do desafio de efetivar ações em instituições setorializadas, com a urgente necessidade de gerar capacidade de aprendizagem social nos processos participativos.

A distância da população em relação aos temas debatidos, registradas pela pesquisa de percepção ambiental, e o desinteresse dos diversos atores com potencial de participar e influir na gestão são fortes indicadores de que, embora com todos os seus postos devidamente e legitimamente ocupados, o Subcomitê necessitava de uma agenda comum a todos os atores, construída de forma realmente participativa. Cabe destacar a importância da democracia direta em determinados momentos, até mesmo para fortalecer e legitimar a questão da representação nos espaços de participação social. Esses espaços de controle e participação social, garantidos a partir da Constituição Federal de 1988, muitas vezes tornam-se poucos representativos dos anseios da população de um modo geral. O que se percebe é um distanciamento entre representantes e representados, que pode ser relacionado às próprias dificuldades enfrentadas pela sociedade civil em participar desses espaços.

Outra questão fundamental a ser apontada é a comunicação entre o Subcomitê e a sociedade, que abrange desde as formas de comunicação e o conteúdo apresentado até a linguagem utilizada. Importante destacar a educomunicação como ferramenta para aproximar a população das discussões do Subcomitê, garantindo que a população produza as informações a partir dos seus problemas imediatos e concretos. Essa identificação entre a realidade concreta da população que reside na bacia e a gestão dos recursos hídricos e governança da água é a base para a participação popular e conseqüentemente, para a sustentabilidade socioambiental da bacia. Enquanto os espaços de participação institucionais continuarem a ser espaços de discussões entre técnicos especialistas, sem uma abordagem que realmente garanta a relação com a realidade, encontraremos dificuldades em ampliar os quadros do Subcomitê. O que tem ocorrido na maioria dos espaços de controle e participação social é a recondução de representantes, pois há ausência de apresentação de outras alternativas, o que enfraquece o processo democrático, pautado pela alternância.

A realização dos seminários descentralizados como uma das estratégias de construção do Protocolo propiciou que o Subcomitê se deslocasse até os municípios. Essa etapa foi muito importante para a mobilização e capilarização da agenda deste colegiado, momento de visibilidade e aprendizado sobre a gestão dos recursos hídricos e governança da água.

A mobilização dos poderes políticos, técnicos, administrativos e populares para a busca da responsabilidade compartilhada pelos bens naturais públicos, considerando todo o cenário regional exposto, pode ser considerada como um dos avanços alcançados pelo Protocolo.

A necessidade de sinergia entre as políticas de recursos hídricos e ambientais foi destacada na construção do Protocolo, que traz seus eixos temáticos integrados e articulados. Os eixos da educação ambiental e do sistema de avaliação, monitoramento e gerenciamento de informações integradas, embora descritos separadamente no documento final, são inteiramente transversais ao mesmo. Para cada eixo temático foi apresentado um panorama com as concepções teóricas, aspectos legais e a situação encontrada na Bacia.

Os principais resultados do Protocolo, até o momento, centram-se no processo participativo, articulado e integrado de negociação e aprendizagem socioambiental envolvendo mais de 2.000 pessoas dos nove municípios, com representações do poder público municipal e estadual, setor produtivo e sociedade civil.

A metodologia alcançou novos espaços, representações sociais e a sociedade do Alto Tietê Cabeceiras de forma geral, que se encontrava distante das políticas de recursos hídricos, desconhecendo o

significado, a função e a atuação de Comitês e Subcomitês de bacia, bem como, formas de colaborar para melhorar a qualidade de vida local.

Num esforço para a eliminação dos problemas, aproveitamento das oportunidades e criação de estratégias, um dos resultados do Protocolo é a sua construção coletiva que apresenta um panorama de cada eixo temático fundamentado por aspectos legais, teóricos e a situação atual da Bacia, seguido de diretrizes, 35 metas e 188 ações que devem ser executadas pelos seus signatários em curto, médio e longo prazo, dentro de um período máximo de 10 anos.

Destaca-se que os signatários deste Protocolo se comprometeram a colaborar em dimensões políticas, técnicas, científicas, tecnológicas, pedagógicas, legislativas, financeiras e logísticas. Considerando-se suas responsabilidades comuns, mas, diferenciadas, além de suas prioridades de desenvolvimento, objetivos e circunstâncias específicas, municipais e regionais para o alcance da recuperação da qualidade socioambiental da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê Cabeceiras.

Os eixos temáticos de educação ambiental e do sistema de avaliação, monitoramento e gerenciamento de informações integradas, inteiramente transversais ao documento, são fundamentais para propiciar as condições necessárias e favoráveis ao controle social que intenciona um equilíbrio dinâmico entre Estado, Sociedade Civil e Mercado. Para tanto, o Subcomitê comprometeu-se publicamente com a criação e instalação do “Fórum Regional Participativo de Acompanhamento da Execução do Protocolo e demais ações do Subcomitê”, como um espaço ampliado de controle e aprendizagem social referente a gestão das águas, salientando-se que está aí o desafio para a concretude do documento elaborado que depende da compreensão e comprometimento de todos os atores do processo.

REFERÊNCIAS

ABDALA, F. A. **Governança Global sobre Florestas**: o caso do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil - PPG7(1992-2006).Tese de doutorado. Brasília: Universidade de Brasília, 2007.

ANA - Agencia Nacional de Água. **GEO Brasil recursos hídricos**: componente da série de relatórios sobre o estado e perspectivas do meio ambiente no Brasil: resumo executivo. Brasília:2007.

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento. Departamento de Desenvolvimento Sustentável. **Estratégias Setoriais**, Meio Ambiente (Perfil). Disponível em: [europa.eu.int / environment / gouvernance/](http://europa.eu.int/environment/gouvernance/) Pdf. março de 2006.

BORDA, F. O. **Aspectos teóricos da pesquisa participante**: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. São Paulo: Brasiliense,1982.

COSTA, L. R. F. **Estratégia de planejamento**. Ciência e Cultura, v.38,p.1366-1373, 1986.

GRANJA, S. I .B. O enfrentamento de problemas socioambientais por meio de acordos na Bacia do Alto Tietê. In:JACOB, P. (Org.).**Atores e processos na governança da água no estado de São Paulo**. São Paulo: Annablume, 2009. (Coleção Cidadania e Meio Ambiente.) 174p.

MACHADO, J. **Gestão compartilhada, experiência democrática** - Agência Nacional de Águas. In: Fórum Nacional dos Órgãos Gestores de Águas. Governança Pública das Águas: Experiência dos Estados Brasileiros.Textos Água e Ambiente, 4,Salvador, Bahia:2009.

MITTERMEIER, R. A; FONSECA, G. A. B; RYLANDS, A. B. & MITTERMEIER, C. G. **Atlantic forest**. In Hotspots. Earth's biologically richest and most endangered terrestrial ecoregions. Cemex, Mexico. 1999:137-144.

MMA. **Plano Nacional de Recursos Hídricos**. Síntese Executiva / Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Recursos Hídricos. - Brasília: MMA, 2006. 135p.

OLIVEIRA, M. A; ALVES, H. P. F. **Crescimento populacional e mudanças no uso e cobertura do solo nas áreas de proteção aos mananciais da Região Metropolitana de São Paulo**: uma análise a partir da aplicação de metodologias de sensoriamento remoto e geoprocessamento. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 3, 2006, Brasília. Papers apresentados nos grupos de trabalho. Disponível em: http://centrodametropole.org.br/pdf/Artigo_Cida_e_Biro_Seminario_Abep.pdf. Acesso em 21 set. 2007.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único a consciência universal. 18ª edição Rio de Janeiro: Record, 2009.

SÃO PAULO (Estado).. LEI nº. 7.663, de 30 de dezembro de 1991. Dispõe sobre o estabelecimento das normas de orientação à Política Estadual de Recursos Hídricos bem como ao Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

SOARES, S. I; O; THEODORO, H. D; JACOBI, P. R.. **Governança e Política Nacional de Recursos Hídricos**: Qual a posição da Gestão das Águas no Brasil? In: IV Encontro Nacional da Anppas, 4,5 e 6 de junho de 2008. Brasília - DF – Brasil.